

ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO / CONTABILIDADE

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este caderno, com 50 (cinquenta) questões objetivas e 1 (uma) questão discursiva, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

CONHECIMENTOS BÁSICOS						CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS		Questão Discursiva
Língua Portuguesa		Sistema Financeiro Nacional e Conhecimentos Bancários		Governança Corporativa e Compliance				
Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Pontuação
1 a 10	1,0 ponto cada	11 a 20	1,0 ponto cada	21 a 25	1,0 ponto cada	26 a 50	1,0 ponto cada	10,0 pontos
Total: 10,0 pontos		Total: 10,0 pontos		Total: 5,0 pontos		Total: 25,0 pontos		
Total: 25,0 pontos						Total: 25,0 pontos		10,0 pontos
TOTAL: 50,0 pontos								

b) um **CARTÃO-RESPOSTA** destinado à marcação das respostas das questões objetivas formuladas nas provas; junto a ele um **CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS** destinado às respostas da questão discursiva, que vale até 10,0 pontos.

02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA/CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**. Caso tal não ocorra, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA/CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura ótica do **CARTÃO-RESPOSTA** é sensível a marcas escuras, portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - O candidato deve ter muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.

06 - Imediatamente após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **CADERNO DE QUESTÕES** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

07 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

08 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

09 - **SERÁ ELIMINADO** desse Concurso Público o candidato que:

- for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
- se utilizar, durante a realização das provas, de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas, relógios de qualquer natureza, *notebook*, transmissor de dados e mensagens, máquina fotográfica, telefones celulares, *paggers*, microcomputadores portáteis e/ou similares;
- se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES**, o **CARTÃO-RESPOSTA** e/ou o **CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**;
- se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES**, o **CARTÃO-RESPOSTA**, e/ou o **CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**, quando terminar o tempo estabelecido;
- não assinar a **LISTA DE PRESENÇA**, o **CARTÃO-RESPOSTA**, e/ou o **CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**.

Obs: Iniciadas as provas, o candidato só poderá retirar-se da sala após decorridas **2 (duas) horas** do efetivo início das mesmas e não poderá levar o **CADERNO DE QUESTÕES**, a qualquer momento.

10 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA** e para responder no **CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

11 - O candidato deve, ao terminar as provas, entregar ao fiscal este **CADERNO DE QUESTÕES**, o **CARTÃO-RESPOSTA**, o **CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS** e **ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA**.

12 - O **TEMPO DISPONÍVEL PARA ESSAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVA É DE 4 (QUATRO) HORAS E 30 (TRINTA) MINUTOS**, incluído o tempo para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA** e para responder no **CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **CADERNO DE QUESTÕES**, o **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE RESPOSTAS DISCURSIVAS**.

13 - As questões e os gabaritos das Provas serão divulgados no primeiro dia útil após a realização das mesmas, no endereço da página da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (www.cesgranrio.org.br).

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Eu sei, mas não devia

- 1 Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia.
- 2 A gente se acostuma a morar em apartamentos de fundos e a não ter outra vista que não as janelas ao redor. E, porque não tem vista, logo se acostuma a não olhar para fora. E, porque não olha para fora, logo se acostuma a não abrir de todo as cortinas. E, porque não abre as cortinas, logo se acostuma a acender mais cedo a luz. E, à medida que se acostuma, esquece o sol, esquece o ar, esquece a amplidão.
- 3 A gente se acostuma a acordar de manhã sobressaltado porque está na hora. A tomar o café correndo porque está atrasado. A ler o jornal no ônibus porque não pode perder o tempo da viagem. A comer sanduíche porque não dá para almoçar. A sair do trabalho porque já é noite. A cochilar no ônibus porque está cansado. A deitar cedo e dormir pesado sem ter vivido o dia.
- 4 A gente se acostuma a abrir o jornal e a ler sobre a guerra. E, aceitando a guerra, aceita os mortos e que haja números para os mortos. E, aceitando os números, aceita não acreditar nas negociações de paz. E, não acreditando nas negociações de paz, aceita ler todo dia da guerra, dos números, da longa duração.
- 5 A gente se acostuma a esperar o dia inteiro e ouvir no telefone: hoje não posso ir. A sorrir para as pessoas sem receber um sorriso de volta. A ser ignorado quando precisava tanto ser visto.
- 6 A gente se acostuma a pagar por tudo o que deseja e o de que necessita. E a lutar para ganhar o dinheiro com que pagar. E a ganhar menos do que precisa. E a fazer fila para pagar. E a pagar mais do que as coisas valem. E a saber que cada vez paga mais. E a procurar mais trabalho, para ganhar mais dinheiro, para ter com que pagar nas filas em que se cobra.
- 7 A gente se acostuma a andar na rua e ver cartazes. A abrir as revistas e ver anúncios. A ligar a televisão e assistir a comerciais. A ir ao cinema e engolir publicidade. A ser instigado, conduzido, desnordeado, lançado na infundável catarata dos produtos.
- 8 A gente se acostuma à poluição. Às salas fechadas de ar-condicionado e cheiro de cigarro. À luz artificial de ligeiro tremor. Ao choque que os olhos levam na luz natural. Às bactérias da água potável. À contaminação da água do mar. À lenta morte dos rios. Se acostuma a não ouvir passarinho, a não ter galo de madrugada, a temer a hidrofobia dos cães, a não colher fruta no pé, a não ter sequer uma planta.
- 9 A gente se acostuma a coisas de mais, para não sofrer. Em doses pequenas, tentando não perceber,

vai afastando uma dor aqui, um ressentimento ali, uma revolta acolá. Se o cinema está cheio, a gente senta na primeira fila e torce um pouco o pescoço. Se a praia está contaminada, a gente molha só os pés e sua no resto do corpo. Se o trabalho está duro, a gente se consola pensando no fim de semana. E se, no fim de semana, não há muito o que fazer, a gente vai dormir cedo e ainda fica satisfeito porque tem sempre sono atrasado.

- 10 A gente se acostuma para não se ralar na aspe-
reza, para preservar a pele. Se acostuma para evitar
feridas, sangramentos, para esquivar-se de faca e
baioneta, para poupar o peito. A gente se acostuma
para poupar a vida. Que aos poucos se gasta, e que,
gasta de tanto acostumar, se perde de si mesma.

COLASANTI, M. **Eu sei, mas não devia**. Rio de Janeiro:
Rocco Editora, 1996. p. 9. Adaptado.

- 1 Embora aborde vários problemas do ser humano con-
temporâneo, o texto discute de forma mais ampla uma ques-
tão relativa ao cotidiano das grandes cidades.

Essa questão é o(a)

- (A) consumismo
(B) desamparo
(C) vaidade
(D) resignação
(E) inquietude

- 2 Considere a seguinte passagem do texto:

“Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia.” (pará-
grafo 1)

Na opinião da autora, as várias situações apresentadas
ao longo do texto têm como consequência o fato de o ser
humano

- (A) viver sempre apressado.
(B) abandonar a luta pela paz.
(C) abrir mão de usufruir da vida.
(D) influenciar-se pela publicidade.
(E) desistir de proteger o meio ambiente.

- 3 A depender do contexto em que se inserem, os enuncia-
dos podem assumir sentido denotativo ou conotativo.

O trecho do texto que apresenta sentido denotativo é:

- (A) “A ir ao cinema e engolir publicidade.” (parágrafo 7)
(B) “lançado na infundável catarata dos produtos.” (pará-
grafo 7)
(C) “À lenta morte dos rios.” (parágrafo 8)
(D) “Se acostuma a não ouvir passarinho”. (parágrafo 8)
(E) “para esquivar-se de faca e baioneta”. (parágrafo 10)

4

“A gente se acostuma a abrir o jornal e a ler sobre a guerra. E, **aceitando a guerra**, aceita os mortos” (parágrafo 4) Nesse trecho, a oração destacada apresenta, em relação à seguinte, o valor semântico de

- (A) causa
- (B) concessão
- (C) comparação
- (D) conformidade
- (E) consequência

5

Considerando-se a combinação entre tempos e modos, a frase que atende à norma-padrão é:

- (A) Como chovesse muito pela manhã, resolvi sair à tarde.
- (B) Se nós nos acostumássemos, seremos felizes.
- (C) Ela ligaria para mim quando chegar.
- (D) Embora eu precisava ser visto, sou ignorado.
- (E) Se você dormir cedo, ficaria satisfeito.

6

A frase em que a colocação do pronome destacado **NÃO** obedece aos ditames da norma-padrão é:

- (A) Feliz é quem **se** dá o direito de estar bem.
- (B) As pessoas nunca acostumam-**se** com a felicidade.
- (C) Agradar-**nos**-ia a ideia de que todos têm direito à paz.
- (D) Viver a vida intensamente é o que **lhe** confere sentido.
- (E) Afastando-**nos** de quem nos quer bem, saudamos a solidão.

7

Quanto à concordância verbal, a frase que atende plenamente à variedade formal da norma-padrão da língua portuguesa é:

- (A) Necessitam-se de novos estímulos para prosseguir.
- (B) Algumas pessoas costuma queixarem-se da vida.
- (C) O homem acostuma-se às adversidades.
- (D) Destruíu-se os sonhos de viver uma vida melhor.
- (E) Em outros tempos, confiavam-se mais nas pessoas.

8

Quanto à concordância nominal, a frase que atende plenamente à variedade formal da norma-padrão da língua portuguesa é:

- (A) Eles estão bastantes felizes com a vida que levam.
- (B) Estava proibido a encomenda de novas peças de tecido.
- (C) Proporcionalmente, temos hoje menas reservas de insumos.
- (D) O homem carregava quinhentos gramas de explosivos na mochila.
- (E) As pessoas mesmo é que devem investir em uma vida mais saudável.

9

A crase é o fenômeno da contração de duas vogais iguais, e essa contração é marcada pelo acento grave.

O acento grave indicativo da crase está corretamente empregado em:

- (A) É preciso estar atento **às** coisas boas da vida.
- (B) Gostaria de poder viver melhor o meu dia **à** dia.
- (C) As decisões **às** quais citei vão transformar a minha vida.
- (D) O parque ecológico localiza-se **à** três quilômetros daqui.
- (E) **À** partir de hoje, não acumularei mais produtos supérfluos.

10

Nas correspondências oficiais, o cargo e a função ocupados pelo destinatário determinará o pronome de tratamento a ser empregado.

A adequada correlação entre o cargo e o pronome de tratamento está estabelecida em:

- (A) Vossa Eminência – Reitor de Universidade
- (B) Vossa Excelência – Ministro de Estado
- (C) Vossa Magnificência – Embaixador
- (D) Vossa Santidade – Cardeal
- (E) Vossa Senhoria – Juiz

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E CONHECIMENTOS BANCÁRIOS

11

Como integrante do Sistema Financeiro Nacional, cabe ao Conselho Monetário Nacional

- (A) definir as metas anuais de inflação.
- (B) determinar as taxas básicas de juros da economia brasileira.
- (C) atuar como prestador de última instância.
- (D) calcular o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
- (E) executar a política fiscal.

12

O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) se encarrega do julgamento, não apenas dos recursos contra as sanções aplicadas pelo Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários, mas, também, dos processos relacionados à “lavagem” de dinheiro, dos recursos contra as sanções aplicadas pelo Coaf, Susep e demais autoridades competentes.

Os julgamentos e eventuais penalidades determinadas pelo CRSFN são de caráter

- (A) tributário
- (B) penal
- (C) administrativo
- (D) civil
- (E) internacional

13

De acordo com a legislação brasileira, uma instituição financeira pode ser enquadrada na categoria de banco múltiplo se

- (A) for organizada sob a forma de sociedade de responsabilidade limitada.
- (B) for organizada exclusivamente como instituição financeira privada.
- (C) suas operações envolverem quaisquer tipos de carteiras, exceto a de desenvolvimento.
- (D) possuir, pelo menos, três carteiras, sendo duas delas, obrigatoriamente, as carteiras comercial e de crédito.
- (E) possuir, pelo menos, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, a carteira comercial ou a carteira de investimento.

14

A garantia real em que o devedor detém a posse de um bem, mas transfere, temporariamente, ao credor a propriedade desse mesmo bem, dado como garantia, até que a dívida seja totalmente quitada, é denominada

- (A) fiança
- (B) aval
- (C) penhor civil
- (D) alienação fiduciária
- (E) penhor mercantil

15

Em seu *website*, a Agência Estadual de Fomento do Rio de Janeiro (AgeRio) estabelece como missão “fomentar, por meio de soluções financeiras, o desenvolvimento sustentável do Estado do Rio de Janeiro, com excelência na prestação de serviços”.

Nesse contexto, **NÃO** está sob o alcance de agências de fomento adotar instrumentos para

- (A) fomentar o emprego e a renda.
- (B) controlar a inflação.
- (C) prover suporte financeiro às micro, pequenas e médias empresas.
- (D) estimular as inovações.
- (E) estimular o desenvolvimento de tecnologias com baixa emissão de dióxido de carbono.

16

Considere que uma agência de fomento, como a AgeRio, aprove uma linha de crédito de longo prazo para uma empresa de pequeno porte, que atua no segmento de produtos lácteos, financiar, exclusivamente, os bens de capital requeridos para o investimento inicial.

Nesse caso, a linha de crédito poderá cobrir as despesas com aquisição de produtos diversos, **EXCETO** de

- (A) máquinas
- (B) equipamentos produtivos diversos
- (C) veículos para transporte e entrega dos produtos aos distribuidores
- (D) insumos diversos
- (E) refrigeradores industriais

17

Na estrutura do Sistema Financeiro Nacional, o Banco Central do Brasil (BCB) é considerado prestador de última instância, porque uma de suas principais operações ativas é fornecer

- (A) crédito direto aos consumidores.
- (B) crédito destinado ao financiamento de capital de giro.
- (C) crédito a instituições financeiras que enfrentam problemas de liquidez.
- (D) crédito de longo prazo destinado ao financiamento do investimento.
- (E) crédito de longo prazo destinado ao financiamento da compra da casa própria.

18

De acordo com a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, a constituição e o funcionamento de agências de fomento, como a Agência Estadual de Fomento do Rio de Janeiro (AgeRio), dependem de autorização prévia do

- (A) governo estadual
- (B) governo municipal
- (C) Tesouro Nacional
- (D) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- (E) Banco Central do Brasil (BCB)

19

J é economista e atua em instituição financeira ocupando cargo de gerência. No curso de sua atividade como bancário, realizou diversos treinamentos em legislação e obteve valiosos conselhos dos funcionários mais experientes. Um dos temas mais debatidos internamente relacionava-se à prevenção no concernente à lavagem de dinheiro.

De acordo com os termos da Circular BACEN nº 3.978/2020, a política de prevenção deve ser compatível em relação aos clientes com o seu perfil

- (A) social
- (B) financeiro
- (C) societário
- (D) econômico
- (E) de risco

20

JON é Diretor Executivo de instituição financeira, sendo responsável pela observância das normas regulamentares emitidas pelo Banco Central do Brasil, buscando diminuir custos na realização de políticas determinadas.

De acordo com os termos da Circular BACEN nº 3.978/2020, admite-se a adoção de política de prevenção à lavagem de dinheiro única por conglomerado

- (A) coletivo
- (B) empresarial
- (C) federativo
- (D) associativo
- (E) prudencial

GOVERNANÇA CORPORATIVA E COMPLIANCE

21

Uma equipe está desenvolvendo a gestão de riscos de um empreendimento de seu departamento, partindo da identificação de potenciais fontes de impacto negativo para o negócio.

Algumas perguntas podem ser feitas para auxiliar na identificação dos riscos, **EXCETO** a seguinte:

- (A) Com que frequência os riscos devem ser monitorados?
- (B) Quais pontos fortes da organização o projeto explora?
- (C) Qual a probabilidade e o impacto de cada evento adverso identificado?
- (D) Que fragilidades e ameaças podem afetar o empreendimento?
- (E) Quem deve ser comunicado dos riscos e do controle?

22

O modelo das três linhas de defesa apresenta uma forma de estabelecer os papéis e responsabilidades essenciais de cada gestor dentro da organização para protegê-la dos riscos por meio de uma estrutura adequada de governança.

Nesse modelo, as linhas de defesa são, respectivamente,

- (A) amplitude de controle; priorização; supervisão e monitoramento
- (B) coordenação; unidade de comando; controle
- (C) execução; supervisão e monitoramento; avaliação
- (D) mapeamento; implementação; avaliação
- (E) planejamento; execução; cooperação

23

O modelo COSO foi desenvolvido com a ideia de que o gestor possa gerenciar os riscos de modo eficaz, no contexto dos objetivos e da estrutura de cada organização. Adicionalmente, o modelo passou a visar o alinhamento da gestão de risco à estratégia e ao desempenho.

Nessa revisão, a dimensão de comunicação e reporte é desenvolvida por meio de

- (A) adoção de ações que permitam aos integrantes conhecer, coletar e transmitir as informações, visando ao desempenho de responsabilidades frente a riscos.
- (B) análise do contexto de negócio, definição do apetite ao risco, avaliação de estratégias alternativas e elaboração de objetivos de negócio.
- (C) avaliação, certificação e revisão da estrutura de gestão de riscos e controles internos, visando a melhorar desempenho, corrigir funcionamento e aprimorar atividades.
- (D) desenvolvimento de políticas e procedimentos na implementação das políticas de gestão de riscos para assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas.
- (E) melhoria no gerenciamento de riscos corporativos por meio de avaliação de mudanças substanciais, revisão de riscos e desempenho.

24

Um professor de Contabilidade irá assumir uma posição de membro do Conselho de Administração de uma instituição do sistema financeiro. O que ele não sabe é que a Resolução CMN nº 4.968/2021 dispõe sobre os sistemas de controles internos das instituições financeiras, distinguindo as responsabilidades e os papéis dos membros do Conselho de Administração dos papéis dos integrantes da Diretoria da instituição.

Dessa forma, o novo membro do Conselho de Administração poderá

- (A) coordenar recursos físicos, financeiros e de pessoal nas atividades de controle interno.
- (B) implementar diretrizes relativas aos sistemas de controles internos.
- (C) elaborar relatório de acompanhamento do controle interno em conjunto com auditorias interna e externa.
- (D) desempenhar funções na instituição, garantindo seus interesses particulares.
- (E) cobrar que riscos identificados sejam tempestivamente mitigados.

25

Um colaborador da AgeRio está acompanhando uma situação em que percebeu a falta de ética de um colega. Ele pretende denunciar a situação no canal apropriado, entretanto desconhece os possíveis desdobramentos.

De acordo com o Código de Ética e Conduta da AgeRio, um possível desdobramento do caso está descrito a seguir:

- (A) será realizada a análise de questões éticas pelo Comitê de Auditoria e Controle Interno, por ser o órgão responsável por tais questões.
- (B) ocorrerá a aplicação de diversas penalidades, inclusive a responsabilização em esfera administrativa e judicial.
- (C) será garantida a ampla divulgação do nome dos envolvidos, tanto do denunciado quanto do denunciante.
- (D) será feito o exame da situação inicialmente por instâncias deliberativas externas à AgeRio e procedimentos definidos por normas também externas.
- (E) haverá um limite estreito das penalidades para todo caso de infração ao código de ética e abertura de processo administrativo.

RASCUNHO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26

Na Emenda Constitucional nº 103/2019, art. 28, foram determinadas novas alíquotas para a contribuição dos segurados empregados, inclusive empregado doméstico e trabalhador avulso, para o INSS. No §1º, foi estabelecido que “as alíquotas previstas no *caput* serão aplicadas de forma progressiva sobre o salário de contribuição do segurado, incidindo cada alíquota sobre a faixa de valores compreendida nos respectivos limites”.

Em 17/01/2022, na Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, publicada em 20/01/2022, foi definido que:

Art. 7º A contribuição dos segurados empregados, inclusive do doméstico e do trabalhador avulso, relativamente aos fatos geradores que ocorrerem a partir da competência janeiro de 2022, será calculada mediante a aplicação da correspondente alíquota sobre o salário de contribuição mensal, de forma progressiva, de acordo com a Tabela constante do Anexo II, desta Portaria.

ANEXO II

TABELA DE CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS EMPREGADO, EMPREGADO DOMÉSTICO E TRABALHADOR AVULSO, PARA PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2022

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PROGRESSIVA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS
até 1.212,00	7,5%
de 1.212,01 até 2.427,35	9%
de 2.427,36 até 3.641,03	12%
de 3.641,04 até 7.087,22	14%

Nesse contexto, o senhor J, sócio e gestor administrativo da JP Ltda, do ramo de decoração de interiores, optante pelo Simples Nacional, Anexo IV, recebe mensalmente o pró-labore de R\$ 5.000,00.

Considerando-se a legislação fiscal e tributária em vigor, o valor a ser retido do pró-labore do senhor J, a título de contribuição para o INSS, em reais, é de

- (A) 536,18
- (B) 550,00
- (C) 600,00
- (D) 627,18
- (E) 1.550,00

27

É entendimento técnico-conceitual contábil, com base no texto do CPC 25 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que as provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, em que existe uma expectativa provável de saída de recursos para a liquidação dessas obrigações, e que os valores das mesmas podem ser mensurados com confiabilidade.

Nesse contexto do CPC 25, a companhia UZT informa que faz o registro contábil do 13º salário de seus empregados, a ser pago, em geral, nos meses de novembro e dezembro, no último dia útil de cada mês, e que o valor a ser contabilizado em 30/06/2022 é de R\$ 1.240.000,00.

Desconsiderando-se qualquer incidência tributária ou previdenciária sobre esse 13º salário, o registro contábil que a UZT deve fazer, em 30/06/2022, sem data e histórico, em lançamento simples, é:

(A) D: Despesa de 13º Salário	1.240.000,00	
C: Provisão para 13º Salário		1.240.000,00
(B) D: Despesa de 13º Salário	1.240.000,00	
C: 13º Salário a Pagar		1.240.000,00
(C) D: Despesas do Exercício Seguinte / 13º Salário	1.240.000,00	
C: Provisão para 13º Salário		1.240.000,00
(D) D: Despesas do Exercício Seguinte / 13º Salário	1.240.000,00	
C: 13º Salário		1.240.000,00
(E) D: Salários Provisionados	1.240.000,00	
C: Provisão para Salários		1.240.000,00

28

O conceito de valor justo, que seria o preço recebido pela venda de ativo ou que seria pago pela transferência de passivo, é detalhado no CPC 46 e aprovado pela Resolução CVM nº 115, de 20 de maio de 2022.

Nesse contexto do valor justo, a companhia DDA S/A, que pretende vender uma máquina de seu imobilizado, verificou que existe um mercado ativo e atuante para esse tipo de máquina e, em 04/07/22, fez as seguintes anotações, colhidas em mercados diferentes, e mensurou a possibilidade de melhor uso, visando à efetiva transação da aludida máquina.

Em reais

Elementos	<u>Mercado Alfa</u> (principal) (maior número e nível de atividade)	<u>Mercado Beta</u> (vantajoso) (menor número e nível de atividade)
Preço de venda da máquina	1.800.000,00	1.600.000,00
Custo da transação da máquina	340.000,00	230.000,00
Transporte da máquina	460.000,00	270.000,00

Considerando-se, exclusivamente, as anotações apresentadas e sabendo-se que essa venda atenderá a todos os requisitos normativos e legais vigentes, o valor justo para essa máquina, de acordo com o CPC 46, em 04/07/22, em reais, é de

- (A) 1.000.000,00
- (B) 1.100.000,00
- (C) 1.330.000,00
- (D) 1.340.000,00
- (E) 1.600.000,00

29

O Lucro Presumido consiste em regime tributário simplificado para apurar o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a partir de uma base de cálculo estimada. Para isso, aplicam-se percentuais estabelecidos pela legislação fiscal sobre a receita bruta e sobre outras rendas da empresa sujeitas à tributação.

Em relação a outras rendas sujeitas à tributação, uma empresa tributada pelo regime de Lucro Presumido deve incluir, na sua base de cálculo do IRPJ e da CSLL, os valores recebidos a título de

- (A) dividendos de investimentos avaliados ao custo.
- (B) IPI e ICMS ST, quando registrados como receita de vendas.
- (C) locação de imóvel, quando esta não for a sua atividade principal.
- (D) receitas financeiras oriundas do ajuste a valor presente.
- (E) resultado positivo da avaliação de ativos a justo valor.

RASCUNHO



30

A indústria FA, com uma vasta linha de produtos, atende somente a empresas comerciais e apura o custo de todas as suas linhas de produtos, adotando o custeio por absorção.

Ao final de um determinado período produtivo, a FA elaborou as seguintes anotações, referentes, exclusivamente, a esse mesmo período produtivo:

Estoques	Em reais	
	Inicial	Final
Matéria-prima	105.000,00	150.000,00
Produtos em Elaboração	110.000,00	210.000,00
Produtos Acabados	80.000,00	95.000,00
Outras anotações		
Matéria-prima comprada no período produtivo		1.250.000,00
Mão de obra direta aplicada no período produtivo		875.000,00
Custos indiretos de produção aplicados no período		245.000,00

Considerando-se exclusivamente as anotações feitas pela indústria FA e os procedimentos técnico-conceituais da contabilidade de custos, o custo da produção acabada no período anotado pela indústria FA, em reais, é de

- (A) 1.120.000,00 (B) 1.205.000,00 (C) 2.210.000,00 (D) 2.225.000,00 (E) 2.325.000,00

31

A indústria FL fabrica produtos não padronizados, de acordo com as especificações apresentadas pelos clientes, e só trabalha por encomenda. No entendimento técnico-conceitual contábil de custos, esse tipo de produção é denominado produção por ordem ou por encomenda, e a acumulação dos custos é feita por ordem de produção.

No dia 12/2/2021, a FL abriu a Ordem de Produção OP xx9, referente à encomenda feita por um novo cliente.

A partir desse dia, a indústria FL fez as seguintes anotações:

	Em reais
• Estoques iniciais em 12/2/2021	0,00
• Aquisição de matéria-prima a prazo	1.200.000,00
• Salários dos empregados alocados à OP xx9, a serem pagos em 5/3/2021	900.000,00
• Aluguel do escritório da administração, a ser pago em 5/3/2021	150.000,00
• Requisição de matéria-prima para a OP xx9	1.100.000,00

Desconsiderando-se qualquer tipo de tributação e considerando-se, exclusivamente, as anotações feitas pela indústria FL, os procedimentos técnico-conceituais da contabilidade de custos e o sistema de acumulação de custos por ordem de produção, o total dos estoques da indústria FL, no último dia do mês de fevereiro, em reais, é de

- (A) 1.100.000,00 (B) 1.200.000,00 (C) 2.000.000,00 (D) 2.100.000,00 (E) 2.150.000,00

32

Em termos práticos, um dos objetivos das empresas, senão o principal e o mais importante deles, é a geração de lucros. Em decorrência, torna-se necessário avaliar o desempenho do capital investido, e se o resultado de um determinado período provoca criação ou destruição de valor para os seus proprietários. Essa análise é feita pelo EVA, sigla em inglês de valor econômico agregado, métrica que permite avaliar o desempenho da empresa quanto à agregação ou destruição de valor. Nesse enfoque, para apurar o EVA, a companhia F&F, com ativo total de R\$10.000.000,00, cuja política de capitais é utilizar 40% de capital de terceiros, apresentou as seguintes informações, referentes ao exercício social 2021:

- Lucro operacional antes do imposto de renda: R\$ 2.000.000,00;
- Imposto de renda apurado no LALUR, alíquota média de 30%: R\$ 350.000,00;
- Custo do capital de terceiros: 18%;
- Taxa de atratividade esperada pelos proprietários: 13%.

Nesse contexto, a companhia F&F, na elaboração do EVA, em 2021, apurou uma agregação de valor, em reais, de

- (A) 100.000,00
(B) 150.000,00
(C) 366.000,00
(D) 500.000,00
(E) 716.000,00

33

Sob o enfoque dos tributos atribuídos às pessoas jurídicas, a indústria SYZ, tributada pelo lucro presumido, vendeu um lote de produtos para a comercial MUA pelo preço ajustado de R\$ 500.000,00. Admita, para todos os fins e efeitos, que a transação atendeu a todas as imposições legais e societárias e está sujeita à incidência da seguinte carga tributária:

COFINS: 3%; ICMS: 18%; IPI: 20% e Pis/Pasep: 0,65%

Considerando-se, exclusivamente, as informações recebidas e a legislação fiscal vigente, o valor total da carga tributária incidente sobre essa operação, em reais, é de

- (A) 204.965,00
- (B) 208.250,00
- (C) 229.900,00
- (D) 245.958,00
- (E) 249.900,00

34

A limitação da capacidade produtiva manifesta-se pela ocorrência de eventuais problemas com os fatores de produção, gerando gargalos. Esses gargalos de produção reduzem a possibilidade de a indústria maximizar seus resultados e são, em geral, determinados por elemento alheio às decisões dos gestores. A ocorrência de gargalos provoca tomada de decisões que possibilitam analisar os fatores produtivos em busca de alternativas que permitam maximizar a produção e, em decorrência disso, obter o melhor resultado possível nessa circunstância.

Diante de condições adversas ou de gargalos produtivos provocados por uma única limitação, a condição que indica a possibilidade de maximização do resultado é a(o)

- (A) maior margem de contribuição por fator limitante
- (B) maior valor de venda unitário do produto por fator limitante
- (C) manutenção do mesmo processo produtivo atual
- (D) menor custo fixo unitário por fator limitante
- (E) menor custo unitário de reposição por fator limitante



35

Margem de contribuição é um indicador econômico-financeiro que o gestor pode utilizar para analisar se a receita gerada pelas vendas dos produtos é suficiente para proporcionar lucro. Esse indicador é importante para avaliação da viabilidade e da saúde financeira do negócio.

No enfoque técnico-conceitual da contabilidade de custos sobre a margem de contribuição, faça a análise avaliativa das anotações feitas pela indústria LF, referentes somente ao novo produto AAY, de sua linha.

Salários dos operários alocados diretamente à produção	R\$ 800.000,00
Salários da equipe de vendedores	R\$ 300.000,00
Comissão dos vendedores	R\$ 150.000,00
Matéria-prima consumida	R\$ 1.600.000,00
Gastos gerais no ambiente fabril	R\$ 1.076.400,00
Gastos do pessoal do escritório de apoio	R\$ 214.600,00
Preço de venda unitário	R\$ 152,00
Produção	80.000
Vendas	75.000

Considerando-se as informações apresentadas pela indústria LF e os procedimentos técnico-conceituais da contabilidade de custos, a margem de contribuição unitária do produto AAY, em reais, é de

- (A) 116,38 (B) 118,00 (C) 120,00 (D) 122,00 (E) 132,00

36

A empresa RI, tributada pelo Lucro Real Anual, não vendeu nenhum investimento, imobilizado ou intangível, desde a sua fundação. Em 2019, teve um prejuízo fiscal, controlado na parte B do LALUR, cujo saldo em 31/12/2020 foi de R\$ 200.000,00.

A RI, para apurar o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica devido em 2020, apresentou as seguintes anotações exclusivas a esse exercício social:

- Lucro líquido apurado na Demonstração do Resultado do Exercício: R\$ 1.250.000,00;
- Despesas não admitidas pela legislação fiscal, incluídas no Resultado do Exercício: R\$ 150.000,00;
- Receitas não exigidas pelo Fisco, contabilizadas no Resultado do Exercício: R\$ 250.000,00.

Considerando-se as informações recebidas e as determinações da legislação fiscal vigente, o valor do imposto de renda devido pela RI, ano base 2020, em reais, é de

- (A) 177.250,00
(B) 213.500,00
(C) 248.500,00
(D) 263.500,00
(E) 312.250,00

37

A companhia FR, sociedade anônima de capital fechado, atuando no varejo, teve de importar um equipamento indispensável para a comercialização de uma determinada linha de mercadorias.

O equipamento, com vida útil estimada em 20 anos, já está instalado nas dependências da FR. As anotações dos valores despendidos com ele, retirados dos devidos documentos legais probatórios da operação, estão apresentadas no Quadro a seguir:

Em reais	
Preço de aquisição	2.000.000,00
Imposto de Importação	200.000,00
Frete e manuseio	300.000,00

Considerando-se as informações apresentadas pela FR, os procedimentos contábeis e o texto constante do CPC 27 — Ativo Imobilizado, a mensuração do custo do equipamento para o reconhecimento inicial do seu valor no Ativo Imobilizado da companhia, em reais, é

- (A) 1.800.000,00
(B) 2.000.000,00
(C) 2.200.000,00
(D) 2.300.000,00
(E) 2.500.000,00

38

Um analista foi designado para analisar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso de um ente público, que é um instrumento tratado na LRF no contexto do controle da execução orçamentária e financeira. Esse instrumento deve ser publicado após a aprovação do orçamento anual dos entes públicos, e, na análise da sua adequação, o analista deve considerar que

- (A) atos que limitam a execução orçamentária financeira são prerrogativas exclusivas do Poder Executivo do ente.
- (B) limitações para execução orçamentária não devem ser baseadas no comportamento da programação financeira, dado o seu caráter estimativo.
- (C) o cronograma de execução mensal de desembolso deve contemplar somente despesas empenhadas no exercício a que se refere.
- (D) a programação financeira indica que recursos arrecadados em um exercício não podem custear despesas de outro exercício.
- (E) recursos legalmente vinculados devem ser alocados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que arrecadados em exercícios anteriores.

39

Um determinado ente público mantinha o controle das empresas discriminadas no Quadro a seguir.

	Área de atuação/ Atividade fim	% do ente no capital	Receita Operacional Líquida	Pessoal + Custeio
Empresa A	Coleta e tratamento de resíduos	100%	R\$ 2,3	R\$ 23
Empresa B	Gestão e fomento ao turismo	95%	R\$ 11,5	R\$ 9
Empresa C	Serviços financeiros	51%	R\$ 79	R\$ 19

Adicionalmente, sabe-se que:

- O valor da receita operacional líquida de cada empresa foi exclusivamente auferido pelo exercício de sua atividade fim junto a terceiros e não contempla repasses do ente controlador.
- Os valores da receita operacional líquida e das despesas de pessoal + custeio estão expressos em milhões de reais, referem-se ao último exercício financeiro encerrado e não apresentaram alterações significativas em relação aos exercícios anteriores.
- O capital social das três empresas é composto apenas por ações com direito a voto.
- O percentual de participação do ente no capital de todas as empresas não foi alterado desde a criação das mesmas.

A partir de tais informações hipotéticas, no contexto do planejamento e do orçamento governamental e à luz do conceito de empresa estatal dependente, disposto na LRF, verifica-se que

- (A) a empresa B não pode ser enquadrada como empresa estatal dependente, pois gerou resultado positivo no período.
- (B) ainda que despesas de capital da empresa A sejam custeadas pelo ente, ela pode continuar enquadrada como empresa estatal dependente.
- (C) as três empresas devem constar no orçamento fiscal do ente, em decorrência de serem empresas controladas.
- (D) por atuar na área de serviços financeiros, a empresa C não pode ser enquadrada como empresa estatal dependente.
- (E) se o ente aumentar o capital da empresa C, esta pode ser enquadrada como empresa estatal dependente.

40

No processo de planejamento dos entes públicos, estão previstos instrumentos de planejamento de curto e médio prazos com objetivos e conteúdos específicos para favorecer a melhoria da gestão dos recursos públicos.

Ao se analisar o conjunto das peças orçamentárias de um ente, um item previsto em instrumento com perspectiva de médio prazo, mas com reflexos no orçamento anual, é(são)

- (A) a definição de condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- (B) a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (C) o orçamento de investimento das empresas estatais.
- (D) as normas para avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento.
- (E) os objetivos e as diretrizes para as despesas relativas aos programas de duração continuada.

41

A principal fonte de financiamento dos entes públicos está nas receitas obtidas de forma impositiva, em decorrência de previsão constitucional ou legal, as quais são previstas no orçamento anual e alocadas para o custeio da ação pública. Embora em menor volume, há também a geração de receitas a partir da exploração de atividades econômicas pela administração pública.

Ao analisar as receitas previstas e arrecadadas de um ente público, ao final de um dado exercício, para avaliar as fontes de financiamento das atividades do ente, um analista deve considerar que as receitas

- (A) decorrentes da exploração de atividades econômicas devem ser aplicadas em despesas que tenham impacto positivo no patrimônio.
- (B) decorrentes da exploração de atividades econômicas, por sua natureza não coercitiva, não compõem a previsão inicial de receitas.
- (C) decorrentes da exploração de atividades econômicas, quando arrecadadas, devem ser reconhecidas como receitas de capital.
- (D) obtidas de forma impositiva e decorrentes da exploração de atividades econômicas devem ser classificadas quanto à categoria econômica da receita.
- (E) obtidas de forma impositiva são vinculadas ao custeio dos programas de duração continuada a cargo do ente.

42

Um jovem contador recém-empossado na subsecretaria de Contabilidade de um ente público assumiu a tarefa de conferir um grupo de contas relativas a despesas orçamentárias para encerramento do exercício financeiro. O contador verificou que 70% das despesas correntes empenhadas tinham sido liquidadas, das quais 80% foram pagas. Quanto às despesas de capital, apenas 20% dos valores empenhados foram liquidados, sendo metade efetivamente pago.

Em sua análise da execução das despesas, considerando somente as informações hipotéticas apresentadas e à luz das normas vigentes sobre estágios e categorias da despesa pública, o jovem contador deve considerar que

- (A) 30% das despesas correntes empenhadas no exercício devem ser inscritas em restos a pagar processados.
- (B) 50% dos valores empenhados como despesas de capital devem ser pagos até o encerramento do exercício.
- (C) a inscrição em restos a pagar deve se limitar às despesas que foram liquidadas no exercício.
- (D) parte dos empenhos não liquidados pode ser cancelada, caso não haja disponibilidade financeira suficiente.
- (E) todas as despesas autorizadas e não pagas precisam ser inscritas em restos a pagar no encerramento do exercício.

43

Para alguns ativos e passivos, pode haver informações de mercado ou transações de mercado observáveis disponíveis, enquanto para outros pode não haver.

Quando o preço para um ativo não é observável, a entidade mensura o valor justo, adotando o seguinte procedimento:

- (A) Utiliza outra técnica de avaliação que maximiza o uso de dados não observáveis e minimiza o uso de dados observáveis relevantes.
- (B) Utiliza outra técnica de avaliação que maximiza o uso de dados observáveis relevantes e minimiza o uso de dados não observáveis.
- (C) Exclui as premissas que os participantes de mercado utilizariam ao precificar o ativo, pois considera suas próprias premissas.
- (D) Considera sua intenção em manter o ativo ou em liquidá-lo, pois tal fato é relevante ao mensurar o ativo a valor justo.
- (E) Considera características específicas da própria entidade e desconsidera premissas que os participantes de mercado utilizariam.

44

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a todos os itens abaixo, **EXCETO**:

- (A) a variação cambial e a dos preços de mercadorias.
- (B) a reestruturação de instrumentos financeiros.
- (C) o descumprimento, pela contraparte, de suas obrigações nos termos acertados.
- (D) os custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.
- (E) a desvalorização, a redução de remunerações e os ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador.

45

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade

- (A) imediata, em montante conhecido de caixa, e estar sujeito a um baixo risco de mudança de valor.
- (B) no longo prazo, em montante conhecido de caixa, sujeito a um baixo risco de mudança de valor.
- (C) no médio prazo, em montante conhecido de caixa, sujeito a um alto risco de mudança de valor.
- (D) imediata, em montante desconhecido de caixa, e estar sujeito a um alto risco de mudança de valor.
- (E) no longuíssimo prazo, em montante conhecido de caixa, sujeito a um médio risco de mudança de valor.

46

O Cosif, como plano contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional, apresenta os critérios e procedimentos contábeis a serem observados pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como a estrutura de contas e os modelos de documentos previstos.

O Cosif está dividido em

- (A) um capítulo, contendo apenas as normas básicas.
- (B) um capítulo, contendo apenas o elenco de contas.
- (C) dois capítulos, contendo normas básicas e elenco de contas.
- (D) três capítulos, contendo normas básicas, elenco de contas e documentos.
- (E) quatro capítulos, contendo normas básicas, elenco de contas, documentos e anexos.

47

Nas recomendações conhecidas como Basileia II (2004), houve a revisão do Acordo de Basileia I de 1988 e a agregação dos princípios para uma avaliação mais precisa dos riscos incorridos por instituições financeiras internacionalmente ativas.

No Acordo de Basileia II também foi aprimorado o Acordo de Basileia I, mediante a introdução de

- (A) requerimento mínimo de capital para cobertura do risco de crédito.
- (B) requerimentos de liquidez, alavancagem e adicional de capital.
- (C) requerimentos específicos para instituições de relevância sistêmica doméstica e global.
- (D) três pilares (I, II e III) em que o pilar I consiste nos requerimentos de capital para cobertura dos riscos de crédito, de mercado e operacional.
- (E) dois pilares (I e II) em que o pilar II exige a divulgação dos requerimentos de liquidez, alavancagem e adicional de capital.

48

Há uma operação que, em conformidade com a Resolução Bacen nº 2682, de 21/12/1999, deve ser transferida para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior.

Tal operação é classificada como de risco

- (A) nível A
- (B) nível B
- (C) nível C
- (D) nível H
- (E) nível G

49

O Patrimônio de Referência (PR), para fins da verificação do cumprimento dos limites operacionais das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, consiste no somatório do Nível I e do Nível II.

O Nível I do PR consiste

- (A) no capital principal, exclusivamente
- (B) no capital complementar, exclusivamente
- (C) no somatório do capital principal e do capital complementar
- (D) na diferença entre o capital principal e o capital complementar
- (E) na multiplicação do capital principal com o capital complementar

50

As estratégias de *marketing* de uma empresa devem estar relacionadas ao segmento-alvo que a empresa pretende atingir, e uma grande quantidade de empresas tem se empenhado em oferecer produtos para consumidores preocupados com as questões ambientais. No entanto, algumas empresas promovem seus produtos com propagandas ecológicas enganosas. A empresa X apresentou uma coleção de roupas produzidas com malhas fabricadas a partir da reciclagem de resíduos plásticos, e a propaganda da empresa exagerava na apresentação desse atributo ecologicamente correto. A propaganda da empresa não mostrava aos consumidores que o processo produtivo de suas roupas utilizava quantidade de água muito maior que o normal e gerava resíduos químicos altamente poluentes. Dessa forma, a propaganda da empresa X fazia o consumidor crer que estava contribuindo com a proteção do meio-ambiente, quando, na verdade, o dano ao ambiente era muito grande.

Esse tipo de prática de propaganda enganosa é denominada

- (A) *lead*
- (B) *copywriting*
- (C) *remarketing*
- (D) *greenwashing*
- (E) *merchandising*

RASCUNHO



QUESTÃO DISCURSIVA

A Verde S.A. é uma empresa brasileira de capital aberto que atua no mercado de energias limpas, sendo o segmento mais relevante na área de energia eólica. Em decorrência do seu ramo de atuação, a empresa lida com entidades públicas e com transações que envolvem o recebimento de subvenções e assistência governamentais. Em um dado exercício, a Verde S.A. recebeu dois tipos de subsídios governamentais para expansão de suas atividades, uma vez que o governo do país se comprometeu com o ODS Nº 07 - Energia Limpa e Acessível, um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU). Os subsídios recebidos foram: (i) a doação de um terreno com área de 300 hectares para exploração e produção de energia eólica; e (ii) benefícios fiscais, sob a forma de redução de alíquota de tributos federais, pelo período de 5 anos. Além de requisitos de capacidade técnica, os termos relacionados aos benefícios concedidos à Verde S.A. preveem a obrigação de manutenção da operação pelo período mínimo de 20 anos. Para tratar desse assunto, a equipe responsável pela Contabilidade da Verde S.A. precisa ter clareza sobre os seguintes pontos, abordados no Pronunciamento CPC 07:

- diferenças conceituais entre subvenção e assistência governamentais;
- requisitos para reconhecimento contábil de subvenções sob a forma de ativos não monetários;
- requisitos para reconhecimento contábil de subvenções sob a forma de benefícios fiscais;
- procedimentos contábeis no caso de a Verde S.A. não cumprir integralmente as condições para o recebimento dos benefícios governamentais e vier a perdê-los.

Elabore um texto, de 15 a 30 linhas, abordando os quatro pontos citados para ajudar no esclarecimento das dúvidas da equipe de Contabilidade da Verde S.A.

(Valor: 10,0 pontos)

RASCUNHO

(Continua)

(Continuação da questão discursiva)

RASCUNHO